



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0020405-91.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Pedro Emilio Sorensen Junior e outro**
 Embargado: **Dagoberto Monteiro Riceti**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 24/06/2014, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, _____, Escrevente, subscrevi.
 N. de Ordem: 2073/12

VISTOS

PEDRO EMILIO SORENSEN JUNIOR e MATHEUS CACÇÃO

SORENSEN opuseram os presentes **EMBARGOS À EXECUÇÃO** que lhes move **DAGOBERTO MONTEIRO RICETI**, todos devidamente qualificados.

Alegaram, em síntese, que firmaram contrato de locação com o embargado e que apenas devem a ele a quantia de R\$ 7.650,00 (período de setembro de 2010 a junho de 2011).

Às fls. 12/15 o embargado apresentou impugnação alegando que os embargos têm cunho protelatório e que não há provas do alegado pagamento (no valor de R\$ 16.704,36).

As partes foram instadas a produzir provas. Os embargantes pleitearam a oitiva de testemunha e o embargado não se manifestou.

Os embargantes não atenderam a determinação de fls. 75 e, em consequência, a prova oral restou indeferida.

Encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 84/87 e

0020405-91.2012.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

89/90.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Os embargantes se confessam devedores, mas impugnam o valor cobrado pelo exequente alegando que sempre pagaram os aluguéis nas datas dos respectivos vencimentos. Sustentam que ainda devem R\$ 7.650,00, e não os R\$ 24.354,36 cobrados pelo exequente.

Ocorre que pagamento/quitação se prova com “recibo” e mesmo instados a produzirem provas a respeito (fato modificativo) os embargantes e limitaram a pleitear a oitiva de testemunhas.

Cabe, ainda, ressaltar, que despacho que indeferiu o pedido de prova oral restou irrecorrido.

Em conclusão, a pretensão lançada na inicial deve ser rechaçada.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **REJEITO OS EMBARGOS interpostos** e condeno os embargantes à pagar as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00.

P. R. I.

São Carlos, 07 de julho de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**